

As múltiplas transformações ocorridas no Estado e na sociedade ao longo das últimas décadas provocaram profundas alterações, quer no perfil sociológico do desempenho dos tribunais, quer no contexto social da justiça. A emergência ou maior visibilidade de certas formas de criminalidade, a mediatização da justiça, a globalização do direito, o agravamento das desigualdades sociais, o surgimento de novos riscos públicos em domínios vários e as exigências da economia ao funcionamento da justiça constituem mutações que colocam fortes desafios ao sistema de justiça e aos seus agentes.

Este novo contexto e o crescente protagonismo social e político do sistema judicial e do primado do Direito, ambos considerados pilares essenciais do Estado democrático, tendem a provocar sucessivos processos de reforma, confrontando, cada vez mais, quer os profissionais da justiça, quer outros profissionais que, com frequência, lidam com este sector com a necessidade de acompanhamento de todo este movimento de mudanças.

O programa de formação avançada proposto permite, não só a qualificação técnica dos formandos, mas também o desenvolvimento de boas práticas e dos melhores padrões e procedimentos, contribuindo, de forma decisiva, para a modernização, eficiência e eficácia do desempenho do sistema judicial globalmente considerado e para uma melhor articulação das instituições judiciárias, quer internamente, quer com outras instituições do Estado e da sociedade civil.

Procura-se conceber o programa enquanto espaço de formação avançada, contínua e interdisciplinar, centrado nas competências e necessidades dos profissionais participantes, e explorando os diferentes campos temáticos que desafiam as ciências jurídicas, a cultura judiciária e o desempenho dos tribunais na sociedade portuguesa. Nesse sentido, é priorizada uma abordagem prática dos temas formativos seleccionados, expondo os formandos aos casos mais controversos e dotando-os de instrumentos reflexivos capacitadores de uma interpretação crítica e sustentada das soluções e dos dilemas, teóricos ou operativos, suscitados no contexto da formação.

Limitando-se as inscrições a um máximo de 40 formandos, procura centrar-se a formação nos participantes e na discussão das problemáticas apresentadas pela exposição inicial dos formadores (modelo: seminário e mesa-redonda).

Será ainda criado um *Fórum de discussão on-line* que manterá todos os participantes em rede, com o objectivo de proporcionar um espaço de debate de ideias, experiências, leituras e informações relevantes que prolongue a interacção formativa para além do contexto estrito do seminário/mesa-redonda.

LOCAL DE FUNCIONAMENTO

Os cursos de formação decorrerão nas instalações do CES (Coimbra), da ASJP (Lisboa), da Casa do Juiz (Bencanta, Coimbra) ou, sempre que se justifique, noutros locais do país.

CUSTOS DE INSCRIÇÃO

O preço da inscrição será fixado para cada curso.

Os associados da ASJP terão um desconto de 30% sobre o valor da inscrição.

ORGANIZAÇÃO

Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP)

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra /
Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (CES/
OPJ)

C O N T A C T O S

Justiça XXI - justicaxxi@ces.uc.pt

ASJP

Rua Ivone Silva, n.º 6, Lote 4, 19.º Direito
Edifício Arcis
1050-124 Lisboa
Telefone: 21 781 61 80
Fax: 21 793 50 35
www.asjp.pt

CES/OPJ

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Telefone: 239 855 570
Fax: 239 855 589
www.ces.uc.pt

Justiça XXI

PROGRAMA DE
FORMAÇÃO
AVANÇADA

2009



COORDENAÇÃO

José Mouraz Lopes, Luís Azevedo Mendes,
Nuno Coelho (ASJP)

Boaventura de Sousa Santos, António Casimiro
Ferreira, Conceição Gomes (CES/OPJ)

DESTINATÁRIOS

Os cursos de formação avançada são dirigidos a todos os profissionais da justiça ou com especial ligação a este sector, designadamente magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados, funcionários judiciais, órgãos de polícia criminal, meios de comunicação social, técnicos de instituições do Estado, de associações ou de organizações não governamentais e estudantes de cursos pós-graduados de mestrado ou doutoramento.

FORMADORES

O corpo de formadores pretende-se ajustado à multidimensionalidade dos domínios temáticos trabalhados em cada curso de formação. Contará com a colaboração de académicos, investigadores, profissionais do foro (magistrados judiciais e do Ministério Público e advogados) e outros profissionais detentores de conhecimento específico e relevante no âmbito das temáticas formativas.

NÚMERO DE CURSOS A REALIZAR ANUALMENTE

Prevê-se a realização de 4 cursos de formação, podendo repetir-se cada um deles sempre que justificado. Os cursos decorrerão à sexta-feira e sábado, em horário e sob especificação a definir para cada um dos cursos.

CURSOS A REALIZAR EM 2009

- **A nova intervenção da Justiça Administrativa**
- **Acidentes de trabalho – segurança, protecção e reparação**
- **A justiça nas relações familiares e na tutela de menores**
- **A saúde, a medicina e o bio-direito**

REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

Inscrições limitadas a 40 participantes.

As inscrições e o pagamento deverão efectuar-se a partir do anúncio do curso de formação até 15 dias antes da data prevista para o seu início. A prioridade é dada às inscrições por ordem de chegada. Em cada curso, 25% das vagas são reservadas aos associados da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Dois dias após o fecho das inscrições, será enviado a todos os inscritos um plano do curso com a indicação das matérias e questões que os formadores prevêem desenvolver, bem como a documentação relevante para o acompanhamento do curso (legislação, bibliografia, textos de apoio).

Até 5 dias antes do início do curso, os formandos poderão suscitar, no âmbito do tema agendado, outras questões que considerem igualmente relevantes e que gostariam de ver discutidas no decurso da formação.

Todos os participantes no Curso passam a ter acesso ao *Fórum de discussão on-line*, dinamizado pelas entidades organizadoras.